das Colónias, Gabinete do Ministro, o decreto n.º 28:228, com a indicação final — *Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.* —, que não é o caso, determine que essa indicação seja substituída pela de — *Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Timor.*

Em 4 de Dezembro de 1937. — *António de Oliveira Salazar.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Lei n.º 1:962

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Fica o Governo autorizado a cobrar durante o ano de 1938 os impostos e mais rendimentos do Estado e a realizar os outros recursos indispensáveis à sua administração financeira, em conformidade com as leis em vigor, bem como a aplicar o seu produto às despesas legalmente inscritas no Orçamento Geral do Estado decretado para o mesmo ano.

Art. 2.º Fica igualmente autorizada a aplicação das receitas próprias dos serviços autónomos à satisfação das despesas dos mesmos serviços constantes dos respectivos orçamentos devidamente aprovados.

Art. 3.º A taxa da contribuição predial a incidir sobre os rendimentos dos prédios urbanos no ano de 1938 é fixada em 10 1/2 por cento.

Art. 4.º Continuará a cobrar-se no ano de 1938, com a taxa de 4 por cento, o adicionamento ao imposto sobre sucessões e doações a que se refere o artigo 2.º do decreto n.º 19:969, de 29 de Junho de 1931, observando-se na sua aplicação a doutrina da última parte do artigo 1.º do decreto n.º 20:558, de 2 de Novembro de 1931.

Art. 5.º O Governo poderá dispensar, no todo ou em parte, conforme a situação do Tesouro o permitir, a cobrança, durante o ano de 1938, do imposto de salvação pública.

Art. 6.º O Governo continuará a promover no ano de 1938 as obras e melhoramentos abaixo mencionados, para cujas despesas, a efectuar naquele ano em harmonia com os planos aprovados, inscreverá no orçamento as verbas necessárias:

a) Rearmamento do exército em ordem a assegurar a integral eficiência da instrução militar, incluindo as indispensáveis instalações, podendo, conforme as necessidades, ser reforçada a dotação fixada no artigo 16.º do decreto n.º 26:177, de 31 de Dezembro de 1935, ou encurtado o prazo da sua aplicação estabelecido no mesmo artigo;

b) Ampliação das obras marítimas e terrestres para instalação dos serviços da base naval de Lisboa e prosseguimento da reconstrução da marinha de guerra e da aviação naval segundo os planos que forem legalmente aprovados;

c) Rede telegráfica e telefónica nacional — instalações complementares, nos termos da lei n.º 1:959, de 3 de Agosto de 1937;

d) Obras novas e complementares nos portos comerciais e de pesca mais importantes;

e) Trabalhos de urbanização de Lisboa e na região da Costa do Sol e construção do Estádio de Lisboa.

Art. 7.º Considerar-se-á em vigor em relação ao ano de 1938 o disposto no artigo 9.º da lei n.º 1:943, de 17 de Dezembro de 1936.

Art. 8.º O Governo intensificará durante o ano de 1938, inscrevendo para tanto no orçamento as verbas necessárias, os estudos sobre aproveitamentos hidráulicos, e bem assim os estudos, reconhecimentos e pesquisas para avaliação dos recursos mineiros da Nação tanto na metrópole como nas colónias.

Art. 9.º É autorizado o Governo a subsidiar a construção da rede complementar de estradas da Ilha da Madeira segundo o plano que por êle vier a ser aprovado.

Art. 10.º O Governo deverá inscrever no orçamento para 1938 as verbas necessárias à construção, em participação com os corpos administrativos, de escolas do ensino primário, para começo de execução do plano de rede escolar que vier a ser legalmente aprovado, e bem assim para as edificações destinadas a outros graus de ensino, nos termos da lei n.º 1:914, de 24 de Maio de 1935.

Art. 11.º Fica o Governo autorizado a contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo que eleve a soma mutuada por aquele estabelecimento de crédito para a construção de novos liceus ao montante necessário para a conclusão do respectivo plano.

Art. 12.º O Governo apresentará à Assembleia Nacional o plano de povoamento florestal, podendo inscrever no orçamento as verbas necessárias para começo da sua execução de harmonia com as possibilidades financeiras do País.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Dezembro de 1937. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 8:882

Havendo a necessidade de harmonizar com o disposto no n.º 2.º da alínea e) do artigo 90.º do decreto n.º 28:211, de 23 de Novembro de 1937 (Estatuto dos Officiais da Armada), a portaria n.º 7:477, de 2 de Dezembro de 1932, que estabeleceu a lotação da Direcção do Serviço de Máquinas, designadamente quanto aos lugares de adjuntos poderem ser desempenhados por capitães de fragata ou capitães-tenentes engenheiros maquinistas navais: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a lotação da Direcção do Serviço de Máquinas passe a ser constituída pelo pessoal seguinte, ficando por isso revogada a portaria n.º 7:477, de 2 de Dezembro de 1932:

Direcção do Serviço de Máquinas

Director, capitão de mar e guerra engenheiro maquinista naval	1
Sub-director, capitão de fragata engenheiro maquinista naval	1

1.ª Repartição

Chefe, o director.

2.ª Repartição

Chefe, o sub-director.

Adjuntos das 1.ª e 2.ª Repartições, capitães de fragata ou capitães-tenentes engenheiros maquinistas navais, servindo o mais moderno de secretário 2

Auxiliares das 1. ^a e 2. ^a Repartições, primeiros ou segundos tenentes auxiliares do serviço naval (cond.)	2
Dactilógrafo, praça de pré de qualquer brigada	1
Serventes	2

Ministério da Marinha, 11 de Dezembro de 1937.—
O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Conselho Técnico Corporativo do Comércio
e da Indústria

Portaria n.º 8:883

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Indústria, nos termos do § 2.º do artigo 45.º do decreto-lei n.º 26:106, de 23 de Novem-

bro de 1935, que a taxa a que se refere o n.º 1.º do mesmo artigo e a portaria n.º 8:528, de 21 de Setembro de 1936, passe a ser repartida pelos fundos corporativos, de previdência social e de exercício na proporção de três quintos para o primeiro, um quinto para o segundo e um quinto para o terceiro.

Ministério do Comércio e Indústria, 11 de Dezembro de 1937.— O Ministro do Comércio e Indústria, *Pedro Teotónio Pereira*.

Portaria n.º 8:884

Nos termos do artigo 1.º do decreto-lei n.º 26:317, de 30 de Janeiro de 1936: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Indústria, fixar em \$05 por litro a taxa a aplicar no ano de 1938 sobre os vinhos e seus derivados produzidos nas áreas da Junta Nacional do Vinho e União Vinícola do Dão.

Ministério do Comércio e Indústria, 11 de Dezembro de 1937.— O Ministro do Comércio e Indústria, *Pedro Teotónio Pereira*.